Capão da Canoa

Calçadão e praças à beira mar

Pela maior proximidade de Porto Alegre, Capão da Canoa da Canoa é o principal destino do Litoral Gaúcho. Não apresenta pontos turísticos significativos, mas vale a visita se for no verão.

Em Capão há dois grandes parques aquáticos: O Acqua Lokos e o Marina Park, ambos com muitas atrações interessantes.

Tramandaí

Vista aérea do rio e a cidade

Outra praia do Litoral Norte Gaúcho que vale a visita no verão é Tramandaí. Entre os principais pontos turísticos, tem a plataforma de pesca e a Barra do Rio Tramandaí, que a separa da cidade de Imbé.

Aproveite para dar uma esticadinha na praia de Cidreira, caminho que atravessa uma área de dunas repleta de torres eólicas.

Litoral Sul e Costa Doce

Esta região é marcada por extensas praias, dunas e enormes lagoas de água doce, que se estendem até o Chuí, na fronteira com o Uruguai. Entre as cidades do Rio Grande do Sul nesta área podemos destacar, Rio Grande, São Lourenço do Sul e Chuí.

Rio Grande

Molhes da Barra – Rio Grande

A cidade de Rio Grande é a mais antiga do estado e com isso possui um vasto patrimônio em seu centro histórico. A cidade conta com vários museus interessantes e belas praças na cidade.

Junto à Barra da lagoa dos Patos fica o molhe de 4 km, local dos passeios de vagoneta e logo ao lado se inicia a Praia do cassino, considerada a maior praia do mundo.

São Lourenço do Sul

São Lourenço do Sul fica às margens da Lagoa dos Patos, considerada a maior lagoa de água doce do mundo. O destino se destaca por suas praias de águas calmas e por ser um lugar sossegado para recarregar as energias.

Chuí

Barra do Chui. Ponto mais ao sul do Brasil, divisa com o Uruguai

A cidade mais ao Sul do Brasil se separa da Chuy Uruguaia pelo canteiro central da avenida. É uma zona de livre comércio, procurada para compras, mas possui também algumas atrações.

No litoral fica a Barra do Chuí e a Praia da Barra. Já no lado uruguaio não deixe de visitar o Forte São Miguel, uma fortaleza muito bem preservada.

Região das Missões e Noroeste

Na região das Missões está um conhecido ponto turístico do Rio Grande do Sul, de muita importância histórica, as Ruínas de São Miguel. Junto a ele destacamos Ametista do Sul, capital da Ametista e o Salto do Yucumã, maior do mundo em largura.

São Miguel das Missões

Ruínas de São Miguel das Missões

Em São Miguel das Missões está um dos pontos turísticos Rio Grande do Sul mais antigos. O Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo é um patrimônio da humanidade, e anexo fica o Museu das Missões.

As ruínas e o museu preservam remanescentes do tempo em que os jesuítas chegaram ao Brasil, em 1549, para catequizar os povos indígenas que habitavam o Sul do país.

Ametista do Sul

Restaurante subterrâneo em Ametista do Sul

A Capital Mundial da Pedra Ametista não ganhou este título à toa. São 136 minas (48 delas ativas). O subsolo da cidade é como um formigueiro, repleto de túneis e escavações.

Algumas das minas desativadas passaram a receber visitantes, onde hoje funcionam restaurantes e vinícolas subterrâneas. Há também museus, lojas e várias atrações que envolvem a pedra ametista.

Salto do Yucumã – Derrubadas

Salto do Yucumã

No município da pequena cidade de Derrubadas, na divisa com a Argentina fica o Salto do Yucumã, outro importante ponto turístico do Rio Grande do Sul.

O Salto do Yucumã é considerado a mais extensa queda longitudinal do mundo, com 1800 metros de largura. A altura das quedas varia conforme o nível do rio Uruguai, podendo chegar a 20 metros e a profundidade média do canal é de 110 metros.

Águas Termais

Iremos destacar 3 complexos de águas termais na lista do que fazer no Rio Grande do Sul. Duas delas ficam no norte do estado, enquanto outra na região da Serra. Bem próximo à Machadinho e Marcelino Ramos, no lado catarinense tem também a termas de Piratuba e Termas de Itá.

Termas de Machadinho

Piscinas externas das Termas de Machadinho

Localizado a 1,5 km da cidade, o Parque Aquático Termas Machadinho conta com várias piscinas internas e externas com águas termais a 45ºC.

O parque aquático fica em uma bela e espaçosa área arborizada e possui ótima infraestrutura com restaurante, quiosque para lanches, e muito mais. Em seu entorno há uma boa estrutura com hotel, apartamentos e casas de aluguel.

Termas de Marcelino Ramos

Termas de Marcelino Ramos

Localizada ao lado do Rio Uruguai, na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as termas de Marcelino ramos são mais uma opção no estado.

Além das termas e as várias piscinas internas e externas, a cidade oferece outras atrações, como a enorme ponte rodoferroviária e o Santuário de Nossa Senhora da Salete.

Nova Prata

Caldas do Prata – Piscinas externas

A grande atração de Nova Prata é parque termal Caldas do Prata juntamente com a cachoeira do Rio da Prata. As duas atrações ficam no mesmo parque, sendo que o complexo termal fica ao lado do rio e de um penhasco, num belo cenário natural.

Qual a cidade mais antiga do Rio Grande do Sul? A cidade de Rio Grande, fundada em 16 de fevereiro de 1737.

Qual a maior cidade do Rio Grande do Sul? Porto Alegre, com aproximadamente 1,5 milhões de habitantes.

Qual a cidade mais fria no Rio Grande do Sul? São José dos Ausentes costuma ter as médias mais baixas de temperatura.

Qual a cidade mais bonita do Rio Grande do Sul? Gramado, em geral, é a cidade que tem a arquitetura e urbanismo mais bonito.

Modais de Transporte

O RS conta com uma rede multimodal de transportes relativamente bem estruturada

O Rio Grande do Sul conta com uma rede multimodal de transportes relativamente bem estruturada e capilarizada. Entretanto, possui uma matriz excessivamente centrada no transporte rodoviário. Considerando a matriz modal do Rio Grande do Sul, em 2014 as rodovias eram responsáveis por 88% do total transportado[1]. Dados mais recentes[2] indicam que, em 2017 o modal rodoviário do Rio Grande do Sul continuava respondendo por aproximadamente 88% do total transportado, enquanto no Brasil a participação deste modal atingia 65%.

No Rio Grande do Sul há rotas hidroviárias interiores e portos importantes como o de Porto Alegre e de Rio Grande e uma rede ferroviária extensa, com potencial para ser explorado. Há também uma rede de aeroportos regionais e três aeroportos internacionais , com destaque para o Aeroporto Salgado Filho, na capital do Estado, que apresenta a maior movimentação de passageiros e de cargas. Há, ainda, uma rede dutoviária que serve principalmente o nordeste do Estado com transporte de petróleo e derivados e gás natural. No entanto, a movimentação de cargas e de passageiros é realizada predominantemente por rodovias que interligam as várias regiões do Estado aos outros estados brasileiros e aos países do MERCOSUL. Devido à sua localização geográfica, passam pelo Estado boa parte dos produtos comercializados entre o Brasil e o bloco de países do MERCOSUL, principalmente a Argentina. Com isso, rodovias como a BR-116, BR-101, BR-386 e BR-290, entre outras, apresentam volumes de tráfego cada vez mais pesado, principalmente em momentos de escoamento de safra agrícola.

A tradição exportadora de grande parte da agricultura e indústria gaúchas também contribui para definir a conformação das redes modais que ligam as várias regiões produtoras do Estado à capital, ao Porto de Rio Grande e a Uruguaiana. Estruturas importantes como os pontos alfandegados e portos secos alfandegados, localizados em pontos estratégicos do Estado, dão suporte à movimentação de cargas pelos diferentes modais, fornecendo desembaraço aduaneiro e fiscalização. Quanto à atuação de Operadores de Transporte Multimodal (OTM), em maio de 2020 no RS estavam cadastradas pela ANTT – Agência Nacional de transportes Terrestres, 41 empresas com sede em 11 municípios. Das 41 empresas de OTM com operação nacional e internacional, 11 operavam no MERCOSUL[3].

[1]Dados do Estudo Rumos 2015; do Plano Estadual de Logística e Transportes 2014 (PELT-RS) e do Plano Nacional de Logística e Transportes 2012 (MT/PNLT - Relatório Final, Brasília, setembro/2012. 243p.)
[2]ST RS. PELT RS. (In: http://www.transportes.rs.gov.br/pelt-rs)
[3]ANTT. Operadores de Transporte Multimodal cadastrados (In: http://appweb2.antt.gov.br/multimodal/resultadoConsulta.asp)

MATRIZ ENERGÉTICA

Geração e Transmissão de Energia Elétrica

A matriz energética mostra o avanço da diversificação no RS com a utilização de fontes renováveis de geração de energia elétrica

A capacidade instalada de geração de energia elétrica no Rio Grande do Sul cresceu consideravelmente na última década, passando de 4.996MW em 2007 para 8.240,1MW em 2017[1]. Este aumento permitiu a ampliação dos níveis de consumo, não só no estado, como também no país, pois o parque gerador do estado opera através do Sistema Interligado Nacional de Geração e Transmissão – SIN. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, o Sistema Interligado Nacional é formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Apenas 1,7% da energia requerida pelo país encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica. De acordo com a EPE – Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a capacidade instalada do Estado representava, em 2017, cerca de 5% da capacidade instalada total do Brasil.

Na Matriz de Geração de Energia Elétrica do estado em 2017, 55,7% correspondia a hidreletricidade (UHEs – Usinas Hidreletricas, PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas e CGHs – Centrais Geradoras Hidrelétricas); 21,5% corresponde a termeletricidade (UTEs – Usinas Termelétricas movidas a combustível fóssil ou a biomassa[2]); 22,7% a energia eólica (EOLs) e 0,0007% de energia solar (UFVs – Usinas Fotovoltaicas), demonstrando o avanço da diversificação com a presença de fontes alternativas de energia. Esta diversificação teve início com a ampliação da utilização de gás natural e de biomassa como fontes de energia e está baseada, mais recentemente, na expansão da energia eólica e na instalação de novos projetos de aproveitamento

de energia solar, o que tem assegurado melhorias na relação entre produção, importação e consumo no Estado com o acréscimo dos chamados Consumidores Livres e Produtores Independentes.

De acordo com a ANEEL, "o serviço público de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) compreende as instalações da Rede Básica (RB) e da Rede Básica de Fronteira (RBF). (...) A RB é composta pelas instalações do SIN - Sistema Interligado Nacional, com nível de tensão igual ou superior a 230 kV, enquanto a RBF está composta pelas unidades transformadoras de potência do SIN com tensão superior igual ou maior de que 230 kV e tensão inferior menor de que 230 kV". A Rede Básica de Transmissão de energia elétrica viabiliza o transporte e suprimento da energia gerada às empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição que atuam no RS, lideradas pela CEEE - D (CEEE Distribuidora) e RGE (CPFL Energia). O SIN no Rio Grande do Sul, conta com aproximadamente 66 subestações de transmissão e encontra-se também conectado ao sistema argentino através das estações conversoras de Garabí e Uruguaiana e ao sistema uruguaio, através da estação de Rivera-Santana do Livramento e de Candiota III-Melo, formando a RBF – Rede Básica de Fronteira. A operação da Rede Básica (RB) de transmissão no Rio Grande do Sul, com tensões de até 230kV e extensão de mais de 6.000km³ é realizada, na sua maior parte, pela Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE - GT.

[1]A última informação consolidada disponível é do MME/EPE. BEN2018 – ano base 2017 (Capacidade instalada de 8.142MW+98,1MW de mini e micro geração)

[2]Segundo a ANEEL, no RS existem atualmente usinas térmicas movidas à carvão, gás natural, óleo diesel, óleo combustível ou outros energéticos de petróleo e térmicas movidas à biomassa proveniente de casca de arroz, licor negro (lixívia da indústria papeleira), resíduos de madeira, biogás AGR (originado na agroindústria) e biogás RU (originado de resíduos urbanos).

[3]Segundo a CEEE: "a CEEE possui 6.055,61 km de extensão de linhas de transmissão que são suportadas por 15.058 estruturas que operam nas tensões de 230, 138 e 69 kV (QuiloVolts)". (informações de maio de 2015)

Mundo registra novo recorde de casos de covid-19 com 3,79 milhões de infecções

Estados Unidos é o país onde se detectou mais pessoas com o vírus

O mundo voltou a registrar recorde nas infecções de coronavírus nas últimas 24 horas: 3,79 milhões de novos casos. O aumento está associado à proliferação da variante Ômicron na Europa e nas Américas. As informações são do G1.

Os Estados Unidos seguem liderando o ranking de novas infecções, com 979 mil novos casos. Em segundo lugar vem a Índia (317 mil). Na sequência: Israel (243 mil) e Itália (200 mil). O Brasil voltou ao top cinco da lista após registrar o seu recorde de novos infectados em apenas um dia: 195 mil.

Os dados são do Out World in Data, compilados e divulgados nesta quinta-feira (20). O projeto tem ligação com a Universidade de Oxford.

Os 10 países com mais casos confirmados nas últimas 24 horas :

Estados Unidos: 979 mil
Índia: 317 mil
Israel: 243 mil
Itália: 200 mil
Brasil: 195 mil
Espanha: 157 mil
Alemanha: 139 mil
Argentina: 128 mil
México: 109 mil
Reino Unido: 107 mil

Os dados são levemente diferentes dos dados do consórcio de veículos de imprensa, que registrou 205 mil novos casos de covid-19 no Brasil nas últimas 24 horas.

Governo federal não irá comprar autotestes para covid-19, caso haja aprovação da Anvisa.

Em um mês, média de crianças internadas por covid-19 em leitos clínicos cresce sete vezes no RS

Apesar de preocupante, situação do RS não é tão grave graças à vacinação, afirmam especialistas.

Anvisa aprova uso emergencial da CoronaVac para crianças a partir dos seis anos de idade

Apesar da aprovação, diretoria colegiada não acatou pedido do Instituto Butantan que queria aplicação a partir dos três anos. Ministério da Saúde ainda precisa se posicionar

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou por unanimidade o uso emergencial da CoronaVac em crianças e adolescentes de seis a 17 anos. Os cinco diretores da agência reguladora votaram de forma favorável pela ampliação da faixa etária de aplicação da vacina covid-19 do Instituto Butantan. A reunião extraordinária começou às 10h desta quinta-feira (20).

A recomendação da Anvisa, porém, é diferente da solicitação do Butantan, que havia pedido a vacina pudesse ser aplicada a partir dos três anos. Até o momento, o imunizante estava autorizado somente para a população acima dos 18 anos. A ampliação da faixa etária para crianças e adolescentes foi solicitada pelo laboratório no dia 15 de dezembro do ano passado.

Durante sua apresentação, o gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa, Gustavo Mendes, apresentou os estudos levados em consideração pela agência para avaliar a segurança e a eficácia da CoronaVac em crianças e adolescentes.

Mendes disse que a orientação da área técnica da Anvisa é de que a vacina do Butantan seja aplicada na faixa etária de seis a 17 anos, e não a partir dos três anos. Além disso, a recomendação é de que o imunizante não seja usado em crianças e adolescentes imunocomprometidos.

A vacina, segundo aprovou a Anvisa, pode ser aplicada em um esquema de duas doses com intervalo de 28 dias, com a mesma formulação e dosagem já usada em adultos.

– São os dados que nós temos com maior informação e maior sugestão de desempenho – disse Mendes, citando os dados de estudos realizados no Chile.

A gerente de Farmacovigilância, Helaine Caputo, ressaltou que, durante os estudos feitos com a vacina em crianças e adolescentes no Chile, o perfil de eventos adversos é semelhante no pós-vacinação dos adultos e são considerados raros ou raríssimos.

Após a explanação da área técnica da Anvisa, a relatora do caso, diretora Meiruze Freitas, votou por ampliar o uso da CoronaVac também para adolescentes e crianças.

– Uma vacina capaz de reduzir o risco da doença em crianças e adolescentes podem contribuir para redução de dano, mortes e controle da doença.

Meiruze também destacou que os benefícios superam os riscos inerentes a essa vacina.

– Estou convicta que ela entrega os critérios necessários de qualidade, segurança e eficácia para a população de seis a 17 anos que não sejam imunocomprometidos – disse a diretora.

Os diretores Alex Machado Campos e Rômison Rodrigues Mota acompanharam o voto da relatora, formando maioria simples pela aprovação da ampliação da faixa etária de aplicação da CoronaVac. Após o 3 a 0, a diretora Cristiane Jourdan e o diretor-presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, encerraram a votação com aprovação por unanimidade.

Em nota, o Instituto Butantan afirmou que a "CoronaVac é cientificamente comprovada como a vacina mais segura e com menos efeitos adversos, além de ser a vacina mais utilizada em todo o mundo, com mais de 211 milhões de doses administradas no público infantil e juvenil (de três a 17 anos) somente na China".

Antes da decisão, a Anvisa e o Instituto Butantan fizeram três reuniões para debater a inclusão da nova faixa etária na vacinação com o imunizante. A agência reguladora também levou em consideração a opinião das Sociedades Brasileiras de Pediatria, Imunizações e Infectologia, que apoiaram a extensão do uso da CoronaVac em crianças e adolescentes.

Esse foi o segundo pedido do Butantan para uso da CoronaVac em pessoas de três a 17 anos. A primeira solicitação, feita em julho, havia sido negada pela Anvisa pela limitação de dados de estudos apresentados naquele momento.

A Anvisa afirma que a avaliação sobre a aplicação do imunizante em menores de seis anos poderá ocorrer futuramente, ficando, porém, condicionada à apresentação de dados adicionais por parte do Butantan.

Ministério precisa decidir

A partir da aprovação da Anvisa, cabe ao Ministério da Saúde decidir se irá incorporar a nova faixa etária na aplicação da CoronaVac, assim como foi feito quando a agência reguladora aprovou o imunizante da Pfizer para crianças e adolescentes.

Na semana passada, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, não descartou a possibilidade. Disse que, assim que houvesse o aval da Anvisa, a pasta iria analisar a aprovação e decidir sobre o uso do imunizante em crianças e adolescentes. Nesta quinta, no Twitter o ministro afirmou que "todas as vacinas autorizadas pela Anvisa são consideradas para a PNO (Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19). Aguardamos o inteiro da decisão e sua publicação no DOU".

Queiroga acabou mudando sua opinião nos últimos dias, já que diversas vezes havia dito publicamente que o governo só iria comprar, em 2022, vacinas com registro definitivo na Anvisa – o que não é o caso da CoronaVac, que possui autorização para uso emergencial por conta da pandemia. No Brasil, os imunizantes da Pfizer e da AstraZeneca/Fiocruz possuem registro definitivo na agência reguladora.

O Ministério da Saúde, portanto, precisa avaliar se vai adquirir novas doses da CoronaVac junto ao Butantan, já que o contrato feito entre o Ministério da Saúde e o laboratório, de 100 milhões de doses, foi finalizado e todas as doses foram entregues no ano passado.

Na íntegra, confira a nota do Instituto Butantan

"O Butantan informa que nesta quinta-feira (20) foi aprovado, por unanimidade, o uso emergencial da vacina CoronaVac, produzida pelo instituto em parceria com a biofarmacêutica chinesa Sinovac, para aplicação em crianças e adolescentes brasileiros de 6 a 17 anos.

A autorização ocorreu após avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ao pedido enviado pelo instituto em 15 de dezembro de 2021, embasado em estudos de segurança e resposta imunológica vindos de países como Chile, China, África do Sul, Tailândia e também do Brasil.

A CoronaVac é cientificamente comprovada como a vacina mais segura e com menos efeitos adversos, além de ser a vacina mais utilizada em todo o mundo, com mais de 211 milhões de doses administradas no público infantil e juvenil (de 3 a 17 anos) somente na China.

O Instituto Butantan, que há 120 anos trabalha a serviço da vida, está preparado para fazer parte de mais esta batalha para derrotar o vírus da covid-19 no país."

Fonte: GZH/Marina Pagno

Terceira dose da Pfizer aumenta proteção contra covid em até seis vezes, diz estudo de Israel

Uma terceira dose da vacina contra covid da Pfizer aumentou significativamente a proteção contra casos graves e hospitalizações entre idosos acima de 60 anos em Israel, em comparação com aqueles que receberam duas aplicações. A descoberta foi anunciada no domingo pelo ministério da Saúde do país.

Ao detalhar estatísticas apresentadas pelos institutos de pesquisa em saúde e epidemiologia Gertner e KI, funcionários do ministério disseram que, entre os idosos, a proteção contra infecções observada 10 dias após a terceira dose foi quatro vezes maior do que a fornecida após a segunda. Considerando casos graves e internações, a defesa após uma terceira injeção foi de cinco a seis vezes superior. A faixa etária acima dos 60 anos é particularmente vulnerável ao coronavírus e foi a primeira a receber o imunizante quando a campanha de vacinação começou em Israel.

Nas últimas semanas, o ministério da Saúde vem dizendo que a imunidade contra a covid diminuiu com o tempo entre quem já recebeu a vacina, tanto idosos quanto jovens. A maioria das pessoas vacinadas que ficaram gravemente doentes no país tinha mais de 60 anos e problemas de saúde subjacentes.

Israel começou a administrar terceiras doses para maiores de 60 anos em 30 de julho. Na última quinta-feira, o país reduziu para 40 anos a idade de elegibilidade para a dose de reforço, além de incluir na programação mulheres grávidas, professores e profissionais de saúde abaixo dessa faixa etária. As terceiras doses são administradas apenas para aqueles que receberam a segunda injeção há pelo menos cinco meses.

Os Estados Unidos anunciaram planos de oferecer doses de reforço a todos os americanos, citando dados que mostram proteção decrescente. Canadá, França e Alemanha também anunciaram campanhas de reforço.

Lutando contra um surto da variante Delta desde junho, Israel tem atualmente uma das maiores taxas de infecção per capita do mundo. Quase 1,5 milhão de pessoas, dos 9,3 milhões de habitantes do país, receberam uma terceira aplicação da vacina.

No Brasil, o governo federal já sinalizou que deve aplicar a dose de reforço, mas disse aguardar os resultados do estudo sobre a injeção extra conduzido pelo Ministério da Saúde, previstos para outubro, para definir a estratégia. A adoção dessa medida divide especialistas, mas o registro de infecções e mortes entre vacinados fez o debate ganhar força nas últimas semanas.

Saiba como acessar 2ª via do comprovante de vacina contra Covid-19

Mais de 75% dos brasileiros adultos já tomaram a primeira dose da vacina contra a covid-19, segundo dados do Ministério da Saúde. Para completar a imunização é necessário ficar atento ao período de recebê-la. Cerca de 107 milhões de brasileiros aguardam o reforço.

Para saber o dia previsto para a segunda dose e o fabricante da vacina tomada, o usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) pode olhar no comprovante recebido no dia da imunização. Mas o que fazer se você não tem o cartão? Em caso de perda, roubo ou furto do comprovante, o aplicativo Conecte SUS, do Ministério da Saúde, é uma das maneiras de obter os dados e confirmar as informações.

A plataforma pode ser acessada diretamente na internet, por meio do site do Conecte SUS, ou baixando o aplicativo nas lojas de app do celular. Ele está disponível nos sistemas Android e IOS. Para o primeiro acesso, será necessário fazer um cadastro e, nos demais, basta inserir o CPF e uma senha.

Algumas prefeituras disponibilizam a possibilidade de retirar a segunda via presencialmente. possível acessar essas informações no aplicativo Conecte SUS

Missão humanitária do Brasil vai ao Haiti

Trinta e dois bombeiros e um representante do Ministério do Desenvolvimento Regional estão a caminho do Haiti, levando cerca de 7 toneladas de materiais e equipamentos de emergência, além de 3,5 toneladas de medicamentos e insumos estratégicos do Ministério da Saúde. A missão tem por objetivo ajudar o Haiti a amenizar os problemas decorrentes de terremotos que atingiram o país desde o dia 14 de agosto, resultando em mais de 2 mil mortes e 10 mil feridos até o momento.

O avião de transporte KC-390 Millennium decolou da Base Aérea de Brasília na manhã deste domingo (22) e a previsão é de que, após paradas para abastecimento em Cachimbo (PA) e em Boa Vista (RR), desembarque às 19h25 (horário de Brasília) em Porto Príncipe, a capital haitiana. O retorno a Brasília está previsto para segunda-feira (23), às 08h20.

Pouco antes do embarque, em cerimônia na Base Aérea de Brasília, o presidente Jair Bolsonaro lembrou que a solidariedade é uma marca do povo brasileiro. “Recebi o pedido e, com o apoio das Forças Armadas e do corpo diplomático, essa missão foi armada. Esse pequeno contingente terá grande missão e simbolismo”, disse o presidente.

Em meio às 3,5 toneladas de medicamentos e insumos enviados há, segundo o Ministério da Defesa, cinco kits que podem, cada um, atender até 10 mil pessoas em situações de desastre. Também foram enviados materiais de uso hospitalar disponibilizados pela Força Nacional do SUS, como macas, colares cervicais, biombos, além de insulina humana tipo regular, medicamento que tem ação rápida em casos de choque, ocasionado pela diminuição anormal do volume do sangue.

EDUCAÇÃO

Pesquisa mostra que 72% dos professores enfrentam problemas de saúde mental

Falta de estrutura educacional, conhecimento das ferramentas digitais e sobrecarga na rotina escolar agravou estado de saúde mental de 72% dos professores.

Muito se olhou para os professores durante a pandemia. Muito se elogiou a capacidade deles de superação das adversidades e a persistência em dar aulas. Fosse do jeito que fosse, eles não deixaram de comparecer em nenhum momento nesses últimos dezesseis meses.

Segundo estudo recente da UNICEF Brasil, 79% dos alunos assistiram aula pelo whatsapp neste período e isto só foi possível porque professores da rede, cerca de 2,6 milhões, passaram horas do dia fotografando páginas de apostilha de atividades para mandar aos alunos, além de gravar pequenos vídeos com explicações de conteúdo, entre tantas outras coisas. Sem contar nos que foram bater na porta do aluno que não aparecia ou não dava sinais de fumaça.

Os esforços foram estrondosos e o reconhecimento foi - e é - notável, tanto por parte das famílias dos alunos quanto da sociedade civil de forma geral. Mas é também incontestável a pressão que estes profissionais têm sofrido com todos os desafios que a pandemia impôs. Não à toa, 72% teve a saúde mental afetada e precisou buscar apoio, segundo pesquisa realizada com 9.557 profissionais pela Nova Escola.

A classe de trabalhadores é uma das que mais sofre do chamado burnout, síndrome de esgotamento físico e mental, ainda enfrenta as angustias, medos e ansiedades por uma pandemia tão cheia de incertezas e que não se encerra no momento em que as aulas retornam ao formato presencial.

Os calendários das escolas exigem uma maleabilidade de todos. Das famílias que reorganizam com o leva-e-traz nem sempre diário e os horários alternativos de entrada e saída, da gestão escolar que precisa flexibilizar planejamentos e, claro, dos professores que enfrentam as incertezas de ambos os lados somadas ao contexto próprio de cada um.

O resultado é um número alto de professores com problemas de saúde mental. Entre os fatores apontados está a dupla jornada, a falta de formação no ambiente remoto, o excesso de atividades e a insegurança do futuro. As mulheres, que representam 85% da classe, apresentaram um maior nível de estresse por conta da jornada extra com casa e filhos.

Os responsáveis por resgatar muitos alunos da depressão, ansiedade e do estresse, se viram mergulhados no mesmo mar sem fim. E quem tanto cuidou, também precisou ser cuidado - o que era de se imaginar. Nas escolas privadas, o apoio e suporte vieram mais rápidos.

A Escola Vera Cruz, por exemplo, organizou uma jornada de cursos e formações para que os professores, e também coordenadores, pudessem se familiarizar com metodologias digitais, além do próprio ambiente e as ferramentas mais específicas. O mesmo aconteceu no Colégio Santa Cruz, na zona oeste da capital.

Ana Paula Gaspar, assessora de tecnologia educacional da escola Vera Cruz, conta que em uma semana a equipe dela organizou junto à gestão escolar um plano de contingência. "Quando a escola fechou totalmente ano passado, já tínhamos uma estrutura de apoio desenhada com equipes de atendimento e ações de suporte de tecnologia educacional". A escola também criou uma Jornada Digital que continua aberta e disponível a qualquer outra escola. Em um semestre, fizeram mais de 5mil atendimentos individuais de equipes.

Com recursos financeiros e equipamentos tecnológicos, escolas como o Vera Cruz conseguiram rapidamente responder a uma demanda que era emergencial, mas mesmo sendo uma das queixas dos professores não foi o suficiente. Professores precisavam - e precisam - de apoio emocional, de escuta. De um espaço para que possam ser cuidados. Principalmente porque a demanda de trabalho é tamanha, que o esgotamento parece ser inexaurível.

Foi exatamente o que sentiu a professora Tânia Sztutman. "O trabalho não tinha fim, os problemas não tinham fim", desabafa. "A gente estudou, adaptou aulas e atividades para o ambiente remoto, aprendeu a se vincular através da tela, a acolher à distância, e quando parecia que tudo iria ficar bem, que tínhamos uma rotina que funcionava, uma nova diretriz pública - pautadas nas normas de segurança da saúde - nos fazia refazer e começar mais uma vez do princípio".

Para Tânia, a palavra "reinvenção" nunca fez tanto sentido e ela só foi perceber o tamanho do desgaste quando, no primeiro dia de retorno, foi colocar uma calça e se deu conta que nenhuma cabia. "Foram 12 quilos a mais e muito aprendizado acumulado".

Na rede, obviamente, não foi diferente, mas quando estado e prefeitura se deram conta, rapidamente lançaram mão de programas e parcerias já existentes para expandir o atendimento aos educadores. No estado, o projeto Saúde Mental na Escola, em parceria com o Instituto Ame Sua Mente, envolveu 10 escolas estaduais da cidade de São Paulo com ações de sensibilização e rodas de acolhimento sobre as questões que envolveram a promoção da saúde mental, considerando o contexto crítico do início da pandemia e o momento delicado que os educadores se encontravam em meio a tantos desafios.

Criado e presidido pelo psiquiatra Rodrigo Bressan, a equipe do Instituto vem trabalhando em estratégias que auxiliam a comunidade escolar, partindo do princípio de que a saúde mental é um elemento imprescindível na condução tanto do período de distanciamento social, como no momento da reabertura das escolas.

Foram mais de 3.200 profissionais atendidos. 97,5% deles dizem que o programa o ajudou a lidar com a própria saúde mental. 95% achou útil ou extremamente útil para compreender o impacto da pandemia e desenvolver estratégias de autocuidado, e outros 92.5% compreenderam a importância para vida pessoal.

Segundo Fatima Santana de Almeida, gestora da escola estadual Dom Agnelo, o programa Ame já era corriqueiro nas escolas, mas com a pandemia ele se estruturou, além de dar voz e vez aos profissionais. "Alguns tiveram muito, muito, medo de voltar e houve uma perda de autoestima muito grande", conta. A gestora atribui a isto o longo período dentro casa, isolados dos colegas, sem ter com quem

conversar e imersos nas próprias questões. "Alguns foram até o fundo do poço e precisaram de ajuda pra sair. Fizemos inúmeras reuniões, rodas de conversa e deixamos os canais com a gestão sempre abertos".

Nas reuniões da escola estadual Dom Agnelo, professores assistiram vídeos e tiveram oportunidade de trocar angústias com outros colegas © Fornecido por Estadão Nas reuniões da escola estadual Dom Agnelo, professores assistiram vídeos e tiveram oportunidade de trocar angústias com outros colegas

Nas reuniões da escola estadual Dom Agnelo, professores assistiram vídeos e tiveram oportunidade de trocar angústias com outros colegas

O programa foi vital para recuperar os profissionais da educação. "Eu fico emocionada com os resultados porque eu vi a necessidade deste cuidado", conta. "Na escola, sempre pensamos no acolhimento, na ideia de cuidar de quem cuida e quando a gente cuida do professor e do funcionário, eles passam a cuidar mais dos alunos e o resultado aparece no desempenho geral da escola. Se eu não tenho um professor emocionalmente estável, eu não tenho uma sala emocionalmente estável e os índices começam a cair. É um ofício de formiguinha e fico muito feliz que as secretarias tenham se reunido pra desenvolver esse trabalho com especialistas".

A meta agora é formar os educadores pra que identifiquem sinais de estresse mental entre seus alunos, em sala de aula, para que eles não cheguem a desenvolver doenças como síndrome do pânico, distúrbios alimentares entre outros. Razões pelas quais, alguns chegam a abandonar a escola e cometerem suicídio.

"Temas como ansiedade e depressão já estão sendo trabalhados nos encontros formativos, tanto na turma de maio quanto na que teve iniciou agora em agosto. A perspectiva é atingir 70 escolas da Rede Estadual Paulista e beneficiar, aproximadamente, 300 educadores, entre lideranças escolares (diretores, vice-diretorias, supervisores de ensino), professores e núcleos pedagógicos", conta Rodrigo Bressan.

Segundo ele, uma vez que os educadores recebem uma formação prática para lidar com alunos que já tenham algum tipo de transtorno ou que, eventualmente, possam desenvolver, os índices entre eles melhoram consideravelmente o que impacta, diretamente o desempenho escolar. E mais do que nota boa ou nota alta, estamos falando de aprendizado. Daquele que o aluno é realmente capaz de internalizar e carregar pela vida. Este ganho é saudável.

Nas escolas municipais, o programa foi implementado em parceria com o NAAPA, Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem que atua no desenvolvimento de práticas pedagógicas para para crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade de qualquer instância. E para este momento da pandemia, ampliou o atendimento aos professores e educadores da rede com um programa de olhar específico à saúde mental. Foram quase 3600 reuniões voltadas ao acolhimento dos profissionais com acompanhamento psicológico. Principal tema desenvolvido nas rodas de conversa? Medo.

Medo de morrer, medo do futuro, medo das inúmeras possibilidades totalmente fora de controle. Professores sentiram - e sentem - medo. E para que a gente tenha, na ponta, alunos saudáveis, com capacidades plenas e integrais de aprendizado, é preciso cuidar deste sujeito que também cuida. O atendimento integral aos professores deve ser um olhar constante dentro das práticas educacionais e programas de formação continuada.

É preciso pensar que, para além do intelectual, professores carregam um corpo físico e emocional que também precisam de atenção e cuidado. Eles se esgotam e têm os limites pessoais. Professores choram e isto está longe de ser uma frase piegas. É pra que a gente não esqueça de que na frente da sala de aula existe um ser humano capaz de sentir emoções e sensações como todos nós. A vulnerabilidade é intrínseca.

POLÍTICA

Proposta deve solucionar impasse da regionalização do saneamento básico

Projetos do governo do Estado que definem as regiões do saneamento básico têm recebido críticas de alguns gestores

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gabriel Souza (MDB), apresenta nesta segunda-feira, às 14h, proposta para a regionalização do saneamento no Rio Grande do Sul. O tema está em debate na Assembleia, com dois projetos de lei protocolados pelo Executivo. O primeiro cria a Unidade Regional de Saneamento Básico Central (URSB Central) e tramita em regime de urgência. Assim, a iniciativa, que engloba os municípios que são atendidos pela Corsan, tranca a pauta de votações do dia 31 de agosto. Já o segundo projeto estabelece mais três unidades no Estado: Sul, Nordeste, Noroeste-Litoral Norte.

Gabriel Souza adiantou que o objetivo é distensionar o debate. “Além de reuniões com prefeitos, gestores e dirigentes de autarquias, também estive com especialistas do assunto e conheci outros modelos. Agora, a ideia é apresentar uma proposta que possa sanar os pontos críticos do projeto inicial”, diz Gabriel. Na semana passada, por exemplo, ele esteve no Rio de Janeiro conhecendo o modelo adotado no estado carioca. Além disso, ele promoveu debates com os municípios que envolvem as regiões, onde foram apontadas dúvidas e críticas.

Entre gestores e deputados, os projetos têm recebido críticas. Inclusive, alguns prefeitos, como os integrantes da Granpal, chegaram a pedir a retirada do pedido de urgência, para garantir mais tempo para as discussões. A regionalização do saneamento básico é uma das definições previstas no Marco Legal do Saneamento.

Além dos deputados e do governo do Estado, foram convidados para a reunião virtual o presidente da Famurs, Eduardo Bonotto, prefeitos, dirigentes das autarquias municipais e presidentes das associações regionais de municípios.

Gilmar Mendes afirma que crise entre os poderes é artificial

Em postagem no Twitter, ministro do STF alertou que o país perde tempo precioso com o cabo de guerra entre Executivo e Judiciário

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes afirmou, neste domingo (22/8) que a crise entre o Executivo e o Judiciário, agravada pelo pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes protocolado pelo presidente Jair Bolsonaro na sexta-feira, é artificial e atrapalha o enfrentamento da inflação e da pandemia.

“A fabricação artificial de crises institucionais infrutíferas afasta o país do enfrentamento dos problemas reais”, escreveu Gilmar Mendes, no Twitter. Na mesma postagem, o ministro alertou que “a crise sanitária da pandemia, a inflação galopante e a paralisação das reformas necessárias devem integrar a agenda política”. “É hora de reordenar prioridades”, pediu.

Antes mesmo do pedido de impeachment contra Moraes, o clima entre o presidente e o Supremo vinha esquentando com ataques reiterados de Bolsonaro ao STF e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O presidente é investigado no TSE por propagar notícias falsas sobre o sistema eleitoral brasileiro. O presidente do Supremo, Luiz Fux, chegou a cancelar uma reunião com os presidentes dos Poderes Constituídos após os reiterados ataques de Bolsonaro.

A crise ganhou mais força em 29 de julho, quando o presidente da República fez uma live em que prometeu que provaria que o sistema eleitoral brasileiro teria sido fraudado. Na apresentação, o presidente da República admitiu não ter provas e mostrou o que chamou de indícios, uma série de vídeos divulgados na internet já desmentidos.

Mourão afasta tese de perseguição do STF a apoiadores de Bolsonaro

Vice-presidente defendeu a atuação do procurador-geral, Augusto Aras, e da abertura de processo de impeachment contra ministros do STF como uma "luta política"

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, considera que não há perseguição da Justiça, em especial do STF, a apoiadores de Jair Bolsonaro

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, considera que não há perseguição da Justiça, em especial do Supremo Tribunal Federal (STF), a apoiadores de Jair Bolsonaro. Nesta sexta-feira, a Polícia Federal (PF) cumpre mandados de busca e apreensão em diversos endereços em seis estados, além do Distrito Federal. Entre os alvos estão o ex-deputado e cantor Sérgio Reis e o deputado federal Otoni de Paula (PSC-RJ). Os mandados foram autorizados pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR).

Conforme a PF, o objetivo é "apurar o eventual cometimento do crime de incitar a população, através das redes sociais, a praticar atos violentos e ameaçadores contra a Democracia, o Estado de Direito e suas Instituições, bem como contra os membros dos Poderes".

"Não vejo isso aí como uma questão do Judiciário e do Executivo. Existem denúncias, existe um inquérito em andamento, inquérito para poder se obter as provas necessárias, como é feita a investigação, seja por meio de depoimento das pessoas que são investigadas, seja apreendendo material na busca dessas provas", disse Mourão a jornalistas, hoje de manhã, em Brasília.

"Obviamente tudo com autorização da Justiça se não foge aquilo que prevê o devido processo legal. Então vamos aguardar o que vai emergir disso tudo."

No último fim de semana, Sérgio Reis e outras pessoas aparecem em áudios que circularam nas redes sociais ameaçando ministros do STF. Nas gravações, o cantor diz que os caminhoneiros vão parar o país em setembro se o Senado não retirar alguns dos ministros do STF.

"Se em 30 dias não tirarem aqueles caras nós vamos invadir, quebrar tudo e tirar os caras na marra. Pronto. É assim que vai ser. E a coisa tá séria”, declarou o artista.

Já Otoni de Paula acabou denunciado em julho, pela PGR, por supostamente ter praticado crimes injúria, coação e difamação. A injúria teria sido cometido contra Alexandre de Moraes, em vídeos, ele ofende o ministro.

Questionado se houve uma mudança de postura da PGR, uma vez que o chefe do órgão, Augusto Aras, foi acusado pela oposição de omissão em relação aos ataques de Bolsonaro e seus apoiadores ao sistema de votação atual e aos ministros da suprema corte, Mourão fez uma defesa ao procurador.

Recomendamos aos candidatos acompanhar o noticiário nas rádios, site de notícias e TV para atualizarem suas informações sobreos assuntos: Tópicos atuais, internacionais, nacionais, estaduais ou locais, de diversas áreas, como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, desenvolvimento sustentável e ecologia.

Tempestade tropical Henri perde força depois de afetar o nordeste dos Estados Unidos

A tempestade tropical Henri foi rebaixada para depressão tropical no domingo à noite, depois de afetar Rhode Island, na costa nordeste dos Estados Unidos, onde provocou chuvas recordes, inundações e cortes de energia elétrica.

Bombeiros voluntários em Helmetta, Nova Jersey, em 22 de agosto de 2021 após a passagem da tempestade tropical Henri© Tom Brenner Bombeiros voluntários em Helmetta, Nova Jersey, em 22 de agosto de 2021 após a passagem da tempestade tropical Henri

A tempestade tocou o solo perto da cidade de Westerly, Rhode Island, depois de ser rebaixado de furacão de categoria 1 no início de domingo.

O Centro Nacional de Furacões (NHC) informou no boletim de 9H00 GMT (6H00 de Brasília) que Henri estava "praticamente estacionário" e os ventos foram reduzidos a 48 km/h, muito abaixo das rajadas previstas de 120 Km/h.

O governador Rhode Island, Dan McKee, afirmou que inundações importantes afetaram algumas áreas, mas sem o relato imediato de vítimas.

Em Newark, Nova Jersey, as inundações provocaram estragos e os serviços de emergência resgataram 86 pessoas, incluindo 16 menores de idade. Em Helmetta, 50 km ao sul, bombeiros voluntários caminharam com água até a cintura para ajudar a retirar os moradores de algumas casas.

Quase 79.000 pessoas ficaram sem energia elétrica em suas casas em Rhode Island e 33.000 sofreram com apagões em Connecticut, segundo o site poweroutage.us.

O aeroportos de Newark, LaGuardia e JFK cancelaram quase 500 voos.

O presidente Joe Biden ordenou à Agência Federal de Gestão de Emergências (FEMA) que coordene os esforços de ajuda em Rhode Island, Connecticut e Nova York.

“Muito ainda pode dar errado”, diz Joe Biden sobre saída do Afeganistão

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, informou, neste domingo (22.ago.2021) que 11.000 pessoas foram transportadas de Cabul em um período de 36 horas neste fim de semana. O chefe do Executivo norte-americano afirmou que “há muito caminho a percorrer” e que “muito ainda pode dar errado”.

O presidente dos EUA, Joe Biden, disse que está © Gage Skidmore O presidente dos EUA, Joe Biden, disse que está

Segundo Biden, 33.000 pessoas foram evacuadas desde julho, sendo 28.000 desde 14 de agosto, quando o Talibã retomou o poder. “Qualquer americano que quiser voltar para casa irá para casa”, disse o presidente.

Os EUA estão se esforçando para evacuar norte-americanos, parceiros da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e afegãos aliados do país. Neste domingo, o Departamento de Defesa dos EUA ativou um programa para ampliar a capacidade de transporte aéreo do governo e determinou que companhias aéreas ajudem na evacuação.

Biden, disse que “está absolutamente correto” sobre a sua decisão de retirar as tropas norte-americanas do Afeganistão. “É o meu trabalho. Meu trabalho é fazer julgamentos que ninguém mais pode ou irá fazer. Eu os fiz, e estou convencido de que estou absolutamente correto em não decidir mandar mais mulheres e homens a uma guerra que já não é mais justificável”, disse o presidente.

“Se não deixássemos o Afeganistão agora, quando deixaríamos? Daqui a mais 10 anos? 5 anos?”, questionou Biden. “A história irá recordar que esta foi a decisão lógica, racional e correta a se fazer”, disse.

O presidente dos Estados Unidos afirmou que até o momento, o Talibã não atacou forças militares norte-americanas.

A evacuação do Afeganistão tem sido marcada por confusões e tumultos. No último sábado (21.ago.2021), 7 pessoas morreram em um tumulto próximo ao aeroporto de Cabul.

“Não há forma de evacuar tantas pessoas sem as imagens que estamos vendo nas TVs. É um fato, e meu coração sofre por essas pessoas”, disse o presidente.

FGTS: distribuição do lucro começa a ser creditado; veja como conferir seu saldo

O lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) referente a 2020 começou a ser creditado para os trabalhadores. Serão distribuídos R$ 8,12 bilhões nas contas vinculadas do fundo.

Uma das maneiras de consultar o saldo é por meio do aplicativo do FGTS Arquivo Agência Brasil - Marcelo Camargo

Ao todo, são 191,2 milhões de contas, que tinham saldo positivo em 31 de dezembro do ano passado. O recurso será creditado até o final deste mês.

Quem recebe?

O valor será creditado ao saldo da conta vinculada e permanecerá no fundo até que o trabalhador atenda algum dos critérios previstos em lei para o saque, como aposentadoria e demissão sem justa causa.

Quem sacou o FGTS depois de 31 de dezembro de 2020 por algum desses dois motivos poderá resgatar a parte creditada a título de distribuição de resultados.

No entanto, quem realizou o saque integral da conta vinculada antes do final do ano passado e não tinha mais saldo em 31 de dezembro não participa da distribuição dos resultados.

Veja abaixo como consultar o saldo:

Aplicativo

O trabalhador pode consultar o saldo por meio do aplicativo do FGTS. O app pode ser baixado para sistemas Android ou iOS.

Site da Caixa

Outra possibilidade é por meio do site da Caixa, que pode ser acessado neste link.

SMS

É possível, também, checar o saldo via SMS.

MEIO AMBIENTE

O que é o meio ambiente:

O meio ambiente envolve todas as coisas com vida e sem vida que existem na Terra ou em alguma região dela e que afetam os outros ecossistemas existentes e a vida dos seres humanos.

O meio ambiente pode ter diversos conceitos, que são identificados pelos componentes que fazem parte dele. Conheça os mais importantes:

Composição do meio ambiente

Para as Organização das Nações Unidas (ONU) o meio ambiente é o conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos e sociais que podem causar efeitos diretos ou indiretos sobre os seres vivos e as atividades humanas.

O meio ambiente é o conjunto de unidades ecológicas que funcionam como um sistema natural. Assim, o meio ambiente é composto por toda a vegetação, animais, micro-organismos, solo, rochas, atmosfera. Também fazem parte do meio ambiente os recursos naturais, como a água e o ar e os fenômenos físicos do clima, como energia, radiação, descarga elétrica e magnetismo.

O meio ambiente é composto por quatro esferas diferentes: **atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera**.

A atmosfera é a camada ar que envolve o planeta, formada por gases como oxigênio, gás carbônico, metano e nitrogênio. A litosfera é a camada mais externa do planeta, formada pelo solo e por uma superfície rochosa, também chamada de crosta terrestre.

Já a hidrosfera inclui todas as águas do planeta (rios, mares, lagos, oceanos e etc) e a biosfera é a camada referente à vida e engloba todas as formas de vida que existem na Terra.

Meio ambiente e ecologia

Na ecologia o meio ambiente é o ecossistema em que se desenvolve a vida de um tipo organismo, ou seja, existem diversos tipos de ecossistema em que os organismos vivem.

No meio ambiente existem vários fatores externos que têm influência sobre a vida dos organismos. Assim, a ecologia é uma área que tem como objeto de estudo as relações existentes entre os organismos e o ambiente que os envolve.

Como preservar o meio ambiente?

A preservação do meio ambiente depende muito da sensibilização e participação de todos os indivíduos de uma sociedade. A cidadania para a preservação do meio ambiente deve contemplar atividades e noções que contribuem para a conservação do meio ambiente.

Desta forma é importante instruir e educar os cidadãos de várias idades, através de formação de consciência nas escolas e em outros locais.

Além da educação ambiental, a sustentabilidade é um dos fatores mais importantes para garantir a preservação do meio ambiente.

Preservação ambiental através da sustentabilidade

A sustentabilidade ambiental e ecológica é a manutenção do meio ambiente do planeta Terra, é manter a qualidade de vida e manter o meio ambiente em harmonia com a existência das pessoas.

O próprio conceito de sustentabilidade é para longo prazo, significa cuidar e preservar todo o sistema para que as gerações futuras também possam aproveitá-lo.

A sustentabilidade se refere às diversas medidas e estratégias que podem ser adotadas pela sociedade para que o meio ambiente seja preservado e seja considerado sustentável. Isso significa que devem ser encontradas formas de ação que permitam a coexistência das pessoas com a preservação do meio ambiente para que os recursos naturais não se esgotem.

Exemplos de como preservar o meio ambiente

São algumas medidas de sustentabilidade e preservação do meio ambiente:

- evitar todo tipo de poluição nas águas dos rios, mares, oceanos e lagos,
- separar o lixo orgânico do lixo reciclável e os diferentes tipos de lixo reciclável,
- fazer o consumo consciente de recursos como água e energia elétrica,
- evitar desastres ecológicos, como queimadas, derramamentos de óleo nas águas, desmatamentos e morte de animais,
- diminuir a poluição e a emissão de gases poluentes,

• usar energias reaproveitáveis e renováveis, como a solar, eólica (do vento) e hidrelétrica (das águas),

• diminuir o consumo de alimentos e de produtos industrializados,

• usar meios de transporte alternativos e menos poluentes, como a bicicleta e os transportes públicos,

• construção de casas sustentáveis, que sejam preparadas para o uso de energias alternativas e renováveis.

Moinhos em parque eólico: transformação do vento em energia útil

Além dessas medidas, que podem ser adotadas por toda a sociedade, faz parte da conscientização da sustentabilidade a educação ambiental. A educação sobre a proteção do meio ambiente deve ser proporcionada aos cidadãos e às crianças para garantir a preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

É importante que a sustentabilidade do meio ambiente seja cada vez mais uma prioridade para os políticos e para a sociedade em geral, para que a conservação do meio ambiente possa ser alcançada.

A importância da reciclagem para o meio ambiente

A reciclagem é um processo de grande importância para a preservação do meio ambiente. Através da reciclagem e da diminuição do lixo é possível reduzir a poluição do ar, da água e do solo

O processo de reciclagem engloba a separação do lixo por categorias para que os resíduos possam ser reutilizados, dando origem a novos produtos. Podem ser usados na reciclagem materiais como plástico, papel, vidro, papelão, madeira e metais em geral.

Os resíduos de lixo orgânico (lixo doméstico) podem ser utilizados para o processo de compostagem, que os transforma em adubo que pode ser usado no plantio de vegetais, legumes e frutas.

Uma das maneiras eficazes de ajudar na reciclagem é participar dos sistemas de coleta seletiva. A coleta seletiva faz a recolha do lixo orgânico e do não orgânico, que deve ser separado nas casas, empresas e indústrias.

Depois que o lixo é recolhido, é encaminhado para os locais adequados para que a reutilização seja feita de acordo com os tipos de materiais separados.

Separadores de lixo reciclável

Um dos maiores desafios relativos à reciclagem é conseguir educar os cidadãos para que compreendam que cada esforço, por menor que seja, tem um impacto positivo na preservação do meio ambiente.

O meio ambiente e as políticas públicas ambientais

As políticas públicas relativas ao meio ambiente e sua preservação são da responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (Governo Federal), das Secretarias de Meio Ambiente dos estados e dos municípios.

Esses órgãos são responsáveis por tomar medidas práticas relativas ao que é previsto na Política Nacional do Meio Ambiente e em outras leis que tratam do assunto. Eles fazem a fiscalização das atividades poluidoras, da extração de minerais e de outras atividades que possam prejudicar a conservação dos ecossistemas e das áreas de reserva ecológica do país.

Para atingir esses objetivos existem programas ligados à preservação e recuperação do meio ambiente, à avaliação da qualidade da água e à fiscalização do uso dos recursos naturais.

Estes órgãos também são responsáveis por promover ações educativas em relação à educação ambiental, conceitos de ecologia e aumento da sustentabilidade das cidades.

Política Nacional do Meio Ambiente

No Brasil existe a PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente (lei nº 6.938/81). Esta política define o meio ambiente como um conjunto de condições, leis, influências e interações físicas, químicas e biológicas que permitem a existência de vida nas suas mais diferentes formas (artigo 3º, inciso I).

O objetivo da PNMA é definir critérios e mecanismos de ação que devem ser tomados pelos governos para garantir a preservação do meio ambiente.

São exemplos de objetivos previstos na lei:

• fiscalização do uso e consumo dos recursos naturais,

• controle da emissão de poluição no ambiente,

• controle o uso consciente do solo, da água e do ar,

• incentivo ao estudo e pesquisa na área ambiental,

• proteção dos ecossistemas,

• proteção, preservação e recuperação de áreas ameaçadas.

A PNMA também define quais devem ser as ações implementadas pelos governos para garantir a preservação do meio ambiente a partir da avaliação de impactos am-

bientais ocorridos e da definição de prioridades de ação.

São algumas medidas adotadas pela Política Nacional do Meio Ambiente: previsão de que o agente causador de poluição deve reparar e indenizar os danos causados ao meio ambiente, criação de um cadastro de dados sobre a qualidade do meio ambiente e a criação de espaços de proteção e reserva ambiental.

Semana Mundial do Meio Ambiente

A Semana Mundial do Meio Ambiente é comemorada todos os anos na primeira semana do mês de junho, juntamento com as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho). A data existe desde a publicação do Decreto 86.028 em 1981.

O objetivo da realização da Semana Mundial do Meio Ambiente é conscientizar a população sobre a importância da participação de todos os cidadãos na preservação do meio ambiente.

Área queimada do Pantanal até agosto já supera perda no mesmo período de 2020, diz universidade

Os incêndios no Pantanal já destruíram, este ano, uma área de vegetação superior à do ano passado, quando o bioma sofreu o maior desastre ambiental causado pelo fogo. Até esta segunda-feira, 23, as chamas tinham consumido 277,6 mil hectares de campos e matas. No mesmo período de 2020, a área queimada foi de 273,3 mil, segundo dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Cada hectare equivale a um campo de futebol.

Os números foram puxados pelos incêndios na parte sul do bioma, que se estende do sul de Mato Grosso ao sudoeste de Mato Grosso do Sul. Neste Estado, as chamas atingiram 227,8 mil hectares, superando a área queimada neste período em 2020, de 214 mil hectares. "Tivemos uma grande aceleração das queimadas no ano passado, no período de agosto a outubro. Este ano, estamos com esses números praticamente sem ter, ainda, entrado no período mais crítico, o que é bastante preocupante", disse o secretário de Meio Ambiente, Jaime Verruck.

Ele ressalvou que grande parte dos incêndios aconteceu no Território Indígena Kadiweu, no município de Porto Murtinho. "Só na reserva, houve a queima de mais de 92 mil hectares este ano. No ano passado, não chegou a 3 mil", disse o secretário. O território indígena soma cerca de 500 mil hectares, ou seja, o fogo queimou quase 20% da área.

No Pantanal, Corpo de Bombeiros do Mato Grosso do Sul toca cinco Operações de Combate a incêndios florestais nesta segunda-feira

Conforme Verruck, que preside a Comissão Estadual de Comando e Controle dos Incêndios Florestais, o Estado vive a seca mais severa na história, com chuvas abaixo da média há quatro anos. "Temos um regime de chuvas extremamente baixo e toda a bacia do Paraná está com alto grau de risco. No Pantanal, o rio Paraguai e outros rios estão extremamente baixos, as lagoas estão secas e a umidade do ar também é muito baixa", explicou.

Para complicar, as geadas deste ano queimaram a vegetação e as pastagens, deixando grande de biomassa seca, com possibilidade de queima fácil. "Nas últimas duas semanas tivemos um grande aumento de focos, principalmente em Porto Murtinho. Tivemos incêndios em áreas de eucalipto e de cana de açúcar, em alguns casos, incêndios criminosos. Houve seis pontos de queimadas provocadas no Pantanal que acabaram levando o fogo para outras regiões", relatou.

Conforme o secretário, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Ministério da Ciência e Tecnologia, apontam que o número de focos de incêndio no Estado todo este ano é menor que no ano passado. Foram 1.674 até agora, contra 4.354 no mesmo período de 2020. "Estamos com aeronaves trabalhando de forma permanente no combate. Já temos 500 horas de voo contratadas com recursos próprios e vamos contratar mais 900 horas com verba do governo federal", disse.

Temperatura alta e umidade abaixo dos 30% pioram cenário

Com a vegetação queimada, temperaturas acima de 30 graus e umidade relativa do ar abaixo de 30%, as chamas avançam muito rápido, com risco para pessoas e animais, segundo a tenente-coronel Tatiane Dias, do Corpo de Bombeiros do MS. Ela coordena a Operação Hefesto, que há 53 dias mantém uma equipe de 135 bombeiros, quatro viaturas e oito aeronaves na base de Corumbá, no Pantanal.

Nesta segunda-feira, o fogo atingia o Carandazal, uma floresta nativa dessa espécie arbórea. No domingo, 22, as equipes se deslocaram às áreas atingidas nos municípios de Bela Vista e Água Clara, na fronteira com o Paraguai. O Exército apoia o combate às chamas com 125 homens, veículos e equipamentos. "A situação mais crítica permanece no Carandazal, onde os focos estavam praticamente controlados, mas o vento mudou de direção e o fogo voltou a se propagar", disse a militar.

Em 2020, segundo o Instituto SOS Pantanal, os incêndios destruíram 4 milhões de hectares, equivalentes a 26% do bioma nos dois Estados – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa área queimada equivale a 26 vezes a cidade de São Paulo. As chamas causaram um desastre ambiental sem precedentes, com a morte de animais ameaçados, como a onça-pintada. Os rios pantaneiros foram contaminados pela deposição de cinzas e fuligem.

POLÍTICA

Pedido de impeachment de ministro do STF estabelece retrocesso e dificulta relações, diz Pacheco

BRASÍLIA (Reuters) - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou nesta segunda-feira que o pedido de impeachment apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro na última sexta contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), estabelece um retrocesso nos esforços de apaziguar a crise institucional entre os Poderes da República.

Pacheco disse ainda que as tramitações das indicações de André Mendonça a uma cadeira no STF e da recondução do procurador-geral da República, Augusto Aras, ambas escolhas de Bolsonaro, devem ter seu ritmo definido pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. O colegiado é responsável por sabatinar os indicados e elaborar um parecer sobre os nomes, a ser submetido ao plenário do Senado.

"É obvio que iniciativas desse tipo dificultam as relações", disse Pacheco sobre o pedido de impeachment contra Moraes.

"Acabam estabelecendo um retrocesso nessa nossa tônica e nesse nosso objetivo de manutenção e restabelecimento do diálogo. Mas já que aconteceu, cabe à presidência do Senado decidir, então, à luz do que a lei e a Constituição determinam e é isso que farei como presidente do Senado", afirmou, acrescentando que tomará a decisão "oportunamente".

A sabatina de Aras está agendada para a terça-feira, mas ainda não foi definida uma data para a análise da indicação de Mendonça. Questionado, Pacheco disse não ter conversado com Alcolumbre sobre o assunto.

"Caberá a ele, senador Davi Alcolumbre, a decisão sobre as sabatinas de todas essas indicações", disse o presidente do Senado.

"O presidente Davi Alcolumbre não tratou a respeito dessas indicações, simplesmente designou a reunião da Comissão de Constituição e Justiça para amanhã e quarta-feira desta semana, pautando a indicação do dr. Augusto Aras, e não fez maiores comentários em relação às demais indicações."

Questionado sobre as mudanças eleitorais promovidas pela Câmara dos Deputados em Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tramita agora no Senado, Pacheco afirmou que a tendência na Casa é a de rejeitar o retorno das coligações na disputa proporcional, como pretendiam os deputados.

O senador também comentou o voto impresso, novamente mencionado por Bolsonaro mais cedo. Para Pacheco o tema, arquivado em votação na Câmara, já foi suficientemente debatido.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Porta-voz do Talibã ameaça EUA caso não cumpra o prazo para a retirada de tropas

O pota-voz do Talibã Suhail Shaheen afirmou que o grupo extremista não permitirá a extensão do prazo para que os Estados Unidos retirem suas tropas do Afeganistão. A data está marcada para o dia 31 de agosto. "É uma linha vermelha", disse Shaheen em entrevista à emissora britânica Sky News, nesta segunda-feira (23).

"Se os Estados Unidos ou o Reino Unido buscarem mais tempo para continuar as evacuações - a resposta é não. Ou haverá consequências. Isso vai criar desconfiança entre nós. Se eles pretendem continuar a ocupação, isso provocará uma reação", completou o porta-voz.

O secretário de imprensa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, John Kirby, disse que o objetivo do país é tirar o maior número de pessoas o mais rápido possível do Afeganistão. Ele ainda apontou que, como disse o Secretário de Defesa dos EUA, se houver necessidade de conversas adicionais com o Comandante-Chefe sobre o tempo necessário, isso ocorrerá, mas alertou que não estão neste momento agora.

O primeiro-ministro do Reino Unido Boris Johnson disse ter convocado para a próxima terça-feira (24) uma reunião virtual dos líderes do G7 para discutir a crise no Afeganistão. Ele ainda afirmou que deve pedir ao presidente dos Estados Unidos Joe Biden para que estenda o prazo para a evacuação de pessoas do país.

Johnson pediu aos governos que encontrem maneiras de evitar que as condições piorem. O Reino Unido detém a liderança rotativa do G7, que também inclui Estados Unidos, Itália, França, Alemanha, Japão e Canadá.

Talibã faz “leitura completamente distorcida da religião”, afirma pesquisadora

Há pouco mais de uma semana o Afeganistão foi tomado pelo grupo fundamentalista Talibã, depois de muitos conflitos no território. Com isso, a comunidade internacional tem chamado atenção para o histórico do grupo que já governou o país de 1996 a 2001, principalmente em relação aos direitos das mulheres.

O grupo radical, que faz uma “leitura literalista” da sharia (lei islâmica), segundo a professora da Universidade de São Paulo e especialista em Teologia Islâmica, Francirosy Barbosa, tem uma visão extremista da religião e faz diversas imposições e violações de direitos humanos.

Desde a retomada do Talibã ao poder em 15 de agosto, quando tomaram a capital Cabul, diversos relatos de torturas, prisões e até assassinatos estampam os noticiários locais e internacionais. E as denúncias de mulheres afegãs também não ficam de fora. Há relatos de casamentos forçados, uso excessivo da força e restrições em relação às vestimentas, conforme afirma reportagem do G1.

No entanto, para Francirosy Barbosa, muçulmana revertida, como se nomeia, e especialista em gênero e contextos islâmicos, é preciso analisar com cautela o que está acontecendo no Afeganistão, a fim de evitar desinformação e preconceito sobre o país, a sua religião e cultura. Para a professora, o desconhecimento sobre o islã e a sharia estão resultando em diversas análises errôneas e xenofóbicas. Principalmente, em relação à liberdade e direitos das mulheres muçulmanas.

ENERGIA

Governo autoriza início de plano de racionamento de energia

BRASÍLIA , DF, RIO DE JANEIRO, RJ (FOLHAPRESS) - O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, definiu as regras para o início do programa de racionamento de energia destinado a grandes consumidores. A medida, aguardada desde o agravamento da crise energética, entrou em vigor nesta segunda-feira (23) com a publicação de uma portaria no Diário Oficial da União.

Com a demora e o agravamento da crise hídrica, grandes companhias vinham se inscrevendo no programa de economia de energia do ex-presidente Michel Temer em vigor pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Braskem, Gerdau, Cimentos Apodi, Rima, dentre outras companhias intensivas no consumo de energia, já aderiram ao programa para tentarem uma saída à energia produzida pelas térmicas, quase dez vezes mais caras do que as hidrelétricas.

Batizado de RVD (Redução Voluntária de Demanda de Energia Elétrica), o plano do governo de Jair Bolsonaro é a primeira medida relacionada à demanda, desde junho, quando foi criada a Creg (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética), que só vinha determinando produção de energia por termelétricas e a importação.

Analistas de mercado previam que, sem medidas de redução de consumo, o governo corre risco de ter de enfrentar apagões – com elevado risco político para Bolsonaro, que está em campanha pelas reeleição. Para eles, ao ficar restrito em medidas de aumento de oferta era um sinal de negacionismo do governo no enfrentamento da crise hídrica, a pior dos últimos 91 anos.

Estudos do ONS alertam para a possibilidade de esgotamento da potência de energia ao fim do período seco, gerando risco de apagões localizados nos horários de maior demanda, quando a rede de energia demanda uma operação mais intensa das usinas hidrelétricas.

O programa de redução voluntária do consumo é destinado apenas a grandes consumidores que se disponham a reduzir o consumo por períodos de quatro a sete horas por dia.

A partir de compensação financeira, o governo quer estimular a economia diária de energia – de 20 MW a 35 MW. Serão 5 MW por hora de economia gerada.

As empresas que aderirem terão de remanejar sua jornada de trabalho prevendo intervalos de redução de ao menos 80% do consumo médio de energia. Ao fazer o pedido, elas terão de informar a quantidade de energia que se dispõem a economizar e o preço que pretendem receber por isso.

De acordo com a portaria do MME, se a oferta de economia apresentada pelo grupo for menor do que o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), hoje em seu valor máximo, de R$ 583,88 por MWh (megawatt-hora), a diferença será retornada ao consumidor via encargos cobrados na conta de luz. Se for maior, todos os consumidores pagarão essa diferença.

As empresas terão um limite de sete descumprimentos da entrega de sua própria oferta – consecutivas ou intercaladas. Acima disso, as ofertas pendentes de aprovação serão canceladas e a companhia ficará impedida de participar do programa.

Caberá ao ONS a análise expressa de ofertas para até um mês de racionamento. Acima disso, será preciso deliberação do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico).

Alok se posiciona contra a PL 490: “Grande retrocesso nos direitos dos povos indígenas”

O Dj Alok usou as redes sociais nesta segunda-feira (23) para se posicionar contrario a PL 490, que será votada na próxima quarta (25), caso seja aprovada. Segundo o produtor musical, a proposta é um retrocesso nos direitos dos indígenas e que é direito de todos proteger esses povos.

“O momento certo para prestarmos a atenção é agora! Precisamos escolher muito bem nossas fontes de informação para compreendermos com clareza a ameaça de um grande RETROCESSO nos direitos dos povos indígenas caso o Projeto de Lei (PL) 490, que será julgada dia 25 de agosto, seja aprovado”, disse Alok.

O projeto foi protocolado pelo então deputado federal Homero Pereira (PR/MT) em 2007 com o objetivo de alterar o Estatuto do Índio. Na época, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural deu parecer positivo a proposta com a justificativa de que qualquer terra poderia ser dos povos indígenas. A Comissão de Direitos Humanos rejeitou por considerar a proposta uma tentativa de acabar com as demarcações de terras.

Nesses 17 anos em que o projeto foi protocolado, ele foi arquivado e desarquivado três vezes. A última vez que saiu da gaveta foi no atual governo de Jair Bolsonaro. O relator Arthur Maia (DEM/BA) protocolou um texto-substitutivo, aprovado na íntegra, sem qualquer alteração proposta por outros deputados, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Enquanto o texto do PL prevê alterações nas regras de demarcação de terras indígenas, Alok defende reconhecer os territórios das populações. “Proteger a vida dos povos originários, garantindo seu direito à terras férteis e reconhecendo seus territórios de origem, é proteger a vida do Planeta honrando a nossa espécie humana”.

O músico lembra que já existem estudos e publicações cientificas mostrando que é possível um desenvolvimento econômico e sustentável, sem afetar as populações indígenas.

Ao final de mensagem, ele pede para as pessoas cobrarem os políticos em quem elegeram para irem contra ao PL 490.

Projeto musical com povos indigenas

Nos últimos meses, o músico se aproximou muito de populações indígenas. Ele está produzindo um álbum, o primeiro de sua carreira, em parceria com os índios. Além das canções, também está sendo feito um documentário para mostrar todo o processo de criação.

ECONOMIA

Indústria concorda com Guedes e diz que é melhor não fazer reforma

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - Representantes de setores que vinham apontando defeitos na reforma tributária concordaram com a afirmação do ministro Paulo Guedes, na sexta (20), de que melhor seria não fazer a reforma do que piorar o sistema atual.

A fala levantou a antiga bandeira para que seja feita, antes, a reforma administrativa.

"Essa reforma, que não é tributária, mas apenas do Imposto de Renda, deve ser esquecida. Vamos fazer a reforma administrativa para saber o tamanho do estado e depois a tributária", diz Nelson Mussolini, presidente do Sindusfarma, que reúne o setor farmacêutico.

Basílio Jafet, presidente do Secovi-SP (construção), também diz que a ordem deveria ser invertida, para definir o custo do estado em condições mais enxutas antes de propor uma reforma que trate de todos os impostos e não apenas o IR.

"É difícil concordar com modificações específicas sem saber como fica o todo. Talvez, se realizasse só pequenos ajustes pontuais, corrigindo distorções hoje existentes, fosse mais fácil prosseguir. Deixaria a reforma como um todo para ser debatida com tempo, sem açodamento", afirma.

Para Jafet, o substitutivo atual tende a aumentar as distorções, ao criar condições diferentes para diversos segmentos e para empresas de porte diferente.

"Se for para piorar o que já está ruim, é melhor não fazer reforma tributária", diz José Augusto de Castro, da AEB (associação de comércio exterior).

Fernando Pimentel, da Abit (associação da indústria têxtil), diz que concorda com o ministro, mas pondera que piorar é relativo. "Mudar para piorar não vale, mas dependendo da ótica de quem olha, pode ser que melhore", afirma.

José Ricardo Roriz, presidente da Abiplast (plásticos) e vice da Fiesp, discorda.

"Não é porque a reforma está ruim do jeito que está sendo encaminhada que devemos abandonar. É a reforma que vai trazer crescimento, empregos de melhor qualidade e investimento. Se ela está ruim, tem que melhorar, e não abandonar, porque há 33 anos tentamos fazer uma reforma tributária", afirma Roriz.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Fala de Biden sobre Ucrânia volta a aumentar tensão com Rússia

As respostas do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sobre a crise ucraniana durante a coletiva de imprensa desta quarta-feira (19) voltaram a elevar a tensão com a Rússia e surpreenderam até mesmo Kiev pela retórica mais dura.

Durante a fala, Biden afirmou que se o presidente russo, Vladimir Putin, invadisse o país vizinho seria um "desastre" para seu Estado e que o líder do Kremlin poderia fazer "pequenas incursões" em áreas já de conflito, como o Donbass. Além disso, informou que enviou milhares de armamentos e equipamentos de inteligência para a Ucrânia.

Fontes ouvidas pela CNN disseram que o governo de Kiev ficou "chocado" com o tom do discurso e entenderam que Biden deu um "sinal verde" para Putin invadir a nação. Rapidamente, a Casa Branca teria entrado em contato para garantir que a declaração foi para dizer que "se houver" uma invasão, será "dada uma resposta dura e unida dos EUA e dos aliados".

Biden também se manifestou nesta quinta-feira (20) sobre o tema e disse que considera "uma invasão" qualquer "pequena incursão" na Ucrânia.

Já o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou em sua coletiva diária que as falas de Biden "podem facilitar a desestabilização de toda a situação".

"Todas essas declarações poderiam infundir esperanças completamente erradas nas cabeças quentes de alguns representantes da Ucrânia, da liderança da Ucrânia que, na surdina, poderia decidir dar início a uma nova guerra civil no próprio país e buscar resolver com a força a questão do sudeste [Donbass]", pontuou ainda.

Peskov ainda ressaltou que não está descartada uma nova reunião entre Putin e Biden, mas "que isso não vai acontecer amanhã", quando o ministro russo das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, e o secretário norte-americano de Estado, Antony Blinken, vão se reunir em Genebra.

Novas armas - Nesta quinta, os EUA aprovaram o pedido dos países bálticos de enviar armas produzidas pelos norte-americanos para a Ucrânia para se "defender" de uma ofensiva russa, informam fontes de Washington.

A nova medida fez com que a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores de Moscou, Maria Zakharova, alertasse o "ocidente" a parar de "apoiar a militarização da Ucrânia e querer jogá-la na Otan".

Para os ocidentais, Moscou está enviado tropas para as áreas de fronteiras para atacar a Ucrânia caso o país decida se aliar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Já Putin afirma que só está fazendo ações para defender seu território e garantir a segurança.

Lavrov-Blinken - Também nesta quinta, representantes das Relações Exteriores das duas nações voltaram a se manifestar sobre o encontro entre Blinken e Lavrov nesta sexta-feira (21).

Para Zakharova, Moscou não espera uma solução imediata para a crise ucraniana e que o encontro de amanhã servirá para "dar novos passos" em direção a um acordo sobre o tema.

"As partes devem examinar os resultados das reuniões da última semana [...] e decidirem possíveis passos futuros, incluindo a rápida resposta escrita dos EUA", acrescentou.

Quem também se manifestou foi o enviado russo à União Europeia, Vladimir Chizhov, que disse à ANSA que "espera que Antony Blinken não chegue ao encontro de Genebra com as mãos vazias".

"Os políticos ocidentais repetem um mantra de Kiev: nenhuma discussão sobre a Ucrânia sem a Ucrânia. Ok. Então nós podemos dizer que nenhuma discussão sobre a Rússia sem a Rússia também.

Mas, espero que prevaleça o bom senso", pontuou.

Por sua vez, Blinken ressaltou que os EUA "sempre representaram de maneira muito clara que uma nova agressão contra a Ucrânia teria consequências claras por nossa parte" e que "a ideia de colocar à disposição de Kiev equipamentos militares de defesa - sejam norte-americanos, europeus ou da Otan - não é uma provocação ou uma razão para a atividade russa inverter a situação".

Reações internacionais - Após se reunir com Blinken nesta quinta, a ministra alemã das Relações Exteriores, Annalena Baerbock, afirmou que "estamos de acordo sobre o fato de que a única via é a política e esse caminho é o diálogo".

"Infelizmente, a Rússia fala uma outra língua e as atividades militares aumentam. Sobre a segurança da Ucrânia, nós temos uma análise comum e com uma aceleração [do conflito] nós avaliaremos as sanções mais eficazes, de modo que devem causar um impacto", acrescentou Baerbock.

Já o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, repetiu a fala de Biden e disse que uma invasão militar russa seria um "desastre".

"Se a Rússia fizer uma incursão na Ucrânia, de qualquer tamanho, eu acredito que seria um desastre, e não apenas para os russos.

Seria um desastre para o mundo. O Reino Unido está fortemente apoiando a soberania e integridade territorial", destacou.

Fonte: ANSA

Lira: ação contra Fundão busca "criminalizar a política"

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ao Supremo Tribunal Federal que a ação que questiona o Fundão Eleitoral busca "criminalizar a política". Em parecer enviado à Corte, Lira nega irregularidades na proposta, que estabelece R$ 4,9 bilhões para bancar as eleições deste ano.

"O discurso articulado pelo requerente está mais em linha com tendência hodierna de judicializar e criminalizar a política, em que uma minoria parlamentar tenta instrumentalizar o Poder Judiciário como instância de revisão de mérito de decisões políticas legítimas do Poder Legislativo", disse Lira.

O presidente da Câmara afirma que o Congresso "dimensionou as necessidades de financiamento para a campanha eleitoral" deste ano ao aprovar o valor bilionário do Fundão e diz que o Legislativo seguiu "no exercício regular de seu poder de deliberação".

O Fundão Eleitoral foi inicialmente aprovado pelo Congresso com reserva de R$ 5,7 bilhões para as eleições deste ano. O presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou a proposta, mas o Legislativo derrubou o veto. Em dezembro, o relator do orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), fixou o valor de R$ 4,9 bilhões para bancar as eleições.

"A rejeição do veto presidencial significa que uma expressiva maioria qualificada das duas Casas do Congresso Nacional compreende necessária a alocação dos recursos tal como restou aprovada", disse Lira.

O parecer segue a mesma linha de defesa traçada pela Advocacia Geral da União, que em manifestação ao STF nesta 4ª feira (19.jan.2021) pediu à Corte que rejeitasse a ação contra o Fundão Eleitoral. O caso está sob relatoria do ministro André Mendonça, recém-empossado no tribunal.

Como mostrou o **Poder360**, a discussão sobre o Fundão Eleitoral é uma das prioridades de Mendonça em seus primeiros dias de trabalho na Corte. O ministro deverá levar o caso ao plenário já em fevereiro e o presidente do STF, ministro Luiz Fux, deverá inclui-lo na pauta rapidamente.

Por se tratar de um tema eleitoral, o caso é visto como prioritário no Supremo.

A ação contra o Fundão Eleitoral é de autoria do Partido Novo, que pede a anulação de trecho do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) que R$ 5,7 bilhões para o Fundão Eleitoral de 2022.

O partido afirma que o valor do repasse é inconstitucional e que ocorreu desvio de finalidade na utilização de recursos públicos.

Aposentadorias e pensões do INSS terão teto de R$ 7.087, confirma governo

BRASÍLIA - O Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 20, confirma que o valor máximo de aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vai subir de R$ 6.433,57 para R$ 7.087,22 em 2022. Este também será o valor de referência máximo para calcular as contribuições à Previdência Social.

"A partir de 1º de janeiro de 2022, o salário de benefício e o salário de contribuição não poderão ser inferiores a R$ 1.212,00 nem superiores a R$ 7.087,22", estabelece a portaria que oficializa o reajuste de aposentados que ganham acima de um salário mínimo e é assinada pelos ministérios da Economia e do Trabalho e Previdência.

O valor é calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado como referência para reajustes salariais e benefícios previdenciários - que ficou em 10,16% no ano passado, segundo dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na semana passada.

Pela legislação, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo INSS não podem ser inferiores ao salário mínimo, de R$ 1.212 para este ano. O piso não repõe a inflação do ano passado, já que incorporou a diferença do salário mínimo de 2021, que também tinha ficado abaixo da inflação do ano anterior.

O ato publicado no Diário Oficial dispõe sobre os valores de outros benefícios, como auxílio por incapacidade temporária, aposentadorias dos aeronautas, pensão especial paga a vítimas da síndrome da talidomida, benefícios concedidos a pescadores e seringueiros, além de benefícios assistenciais como pensão especial para dependentes de vítimas de hemodiálise e aqueles voltados para idosos e pessoa com deficiência.

Os segurados que começaram a receber benefícios do INSS a partir de fevereiro de 2021 terão percentual menor de reajuste porque não receberam 12 meses cheios de pagamentos. Assim, o percentual de reajuste fica menor quanto mais tarde for a data de início do benefício.

Até janeiro de 2021: 10,16%
Em fevereiro de 2021: 9,86%
Em março de 2021: 8,97%
Em abril de 2021: 8,04%
Em maio de 2021: 7,63%
Em junho de 2021: 6,61%
Em julho de 2021: 5,97%
Em agosto de 2021: 4,90%
Em setembro de 2021: 3,99%
Em outubro de 2021: 2,75%
Em novembro de 2021: 1,58%
Em dezembro de 2021: 0,73%

Fonte: Estadão / Luci Ribeiro

Por que Boris Johnson enfrenta pedidos de deputados para que renuncie

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, está tentando sobreviver politicamente a uma série de escândalos envolvendo reuniões realizadas em sua residência oficial que teriam violado as regras de isolamento de covid criadas pelo seu próprio governo.

Em um momento delicado de seu governo, Johnson está sendo acusado de mentir para o povo e para o Parlamento sobre festas com bebidas que aconteceram na 10 Downing Street, em Londres - residência oficial e escritório do primeiro-ministro britânico.

Os pedidos de renúncia de políticos estão partindo não só da oposição, mas também de membros de seu próprio Partido Conservador.

Além das revelações sobre as reuniões, ele também enfrenta pressão em outras frentes — incluindo financiamento para uma reforma de apartamento e um outro escândalo, no ano passado, em que seu governo tentou ajudar um deputado conservador (Owen Paterson) que estava envolvido em outra crise.

Para complicar ainda mais as coisas, houve uma enxurrada de críticas do ex-assessor principal de Johnson, Dominic Cummings, que disse que o primeiro-ministro foi avisado de que haveria uma festa no jardim de Downing Street.

Os conservadores agora estão avaliando se Johnson — que foi importante na campanha que aprovou o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia) e que obteve uma maioria considerável na última eleição — é dispensável.

Com a posição do primeiro-ministro parecendo cada vez mais frágil, a BBC analisa como a crise evoluiu até este ponto e o que pode acontecer agora.

O que sabemos sobre os encontros?

Na primavera de 2020 (março a maio), durante o primeiro lockdown na Inglaterra, Johnson participou de uma festa "BYOB" ("Bring Your Own Bottle", ou "traga sua própria bebida") no jardim de Downing Street.

Na época, as restrições impostas pelo governo diziam que as pessoas não podiam sair de suas casas – ou ficar fora do local onde moram – sem um motivo razoável. Entre esses motivos aceitáveis, estavam trabalho (para quem não podia trabalhar em casa), exercícios e sair para comprar comida e remédios.

A lei também proibiu encontros de mais de duas pessoas em lugares públicos, a menos que fossem todos membros da mesma família ou a reunião fosse "essencial para fins de trabalho".

Cerca de 30 pessoas participaram da festa no jardim de Downing Street. No entanto, advogados observaram que o local não é um espaço público.

Em outro incidente, uma foto de maio de 2020 mostrou o primeiro-ministro e sua equipe com garrafas de vinho e uma tábua de queijos no jardim de Downing Street. Quando questionado, Johnson disse que as pessoas da foto estavam "no trabalho falando sobre trabalho".

O primeiro-ministro pediu desculpas pelos "erros de julgamento que foram feitos" e disse que não sabia que o evento do qual participou em 20 de maio era uma festa, mas "acreditava implicitamente" que era um evento de trabalho.

Várias outras reuniões foram relatadas no final de 2020 e em abril de 2021, incluindo duas festas envolvendo a equipe de Johnson realizadas na noite anterior ao funeral do príncipe Philip — em um momento em que encontros em ambientes fechados eram proibidos.

Johnson não estava em nenhuma das festas, mas ele pediu desculpas à rainha.

As revelações e sua maneira de lidar com o caso irritaram eleitores e políticos de todos os partidos.

O que está sendo investigado?

Conservadores agora estão avaliando se Johnson — que foi importante na campanha que aprovou o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia) e que obteve uma maioria considerável na última eleição — é dispensável© Getty Images Conservadores agora estão avaliando se Johnson — que foi importante na campanha que aprovou o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia) e que obteve uma maioria considerável na última eleição — é dispensável

Uma investigação está em andamento para estabelecer "um entendimento geral da natureza" das reuniões de Downing Street e se alguma "ação disciplinar individual" deve ser tomada.

A investigação, liderada pela funcionária pública sênior Sue Gray, provavelmente fornecerá um relato dos fatos, sem um julgamento sobre se as leis de lockdown foram violadas.

No entanto, se sua investigação descobrir evidências de comportamento potencialmente criminoso, ela será encaminhada à polícia.

Embora o profissionalismo de Gray tenha sido elogiado, ela tem a difícil tarefa de investigar seus chefes — incluindo o primeiro-ministro.

Johnson tem pedido aos parlamentares que esperem o resultado do relatório de Gray antes de julgar seu comportamento.

Em dezembro de 2021, o funcionário público do Reino Unido Simon Case deixou de liderar esse mesmo inquérito sobre festas quando se descobriu que uma delas havia sido realizada em seu próprio escritório.

O primeiro-ministro pode ser expulso do cargo sem eleições?

Sim. O Reino Unido não elege diretamente seu primeiro-ministro - portanto, como líder do Partido Conservador, Johnson depende do apoio contínuo de seus parlamentares.

Diante das acusações, parlamentares conservadores que questionam a capacidade de Johnson de liderar o país podem enviar cartas manifestando falta de confiança nele.

Se 54 deputados do próprio partido do primeiro-ministro enviarem cartas, isso leva ao chamado voto de confiança, que por sua vez desencadearia uma disputa de liderança se o primeiro-ministro perder essa votação.

Outros líderes em potencial precisarão ser indicados por pelo menos dois deputados conservadores.

Se houver vários candidatos, eles serão reduzidos a dois indivíduos por meio de uma série de votações.

Os candidatos podem se retirar entre as rodadas e, se todos, exceto um, desistirem, o candidato restante se tornará líder do partido (e primeiro-ministro), sem necessidade de voto dos membros. Apenas um grupo pequeno de parlamentares conservadores declarou publicamente não confiar no primeiro-ministro, mas acredita-se que outros estejam considerando enviar cartas. Um parlamentar disse à BBC que achava que o limite mínimo necessário para desencadear um voto de confiança pode ser alcançado em breve.

O que acontece depois?

Embora alguns parlamentares conservadores tenham se juntado aos partidos da oposição para pedir a renúncia de Johnson, a maioria disse publicamente que está preparada para aguardar a conclusão da investigação de Sue Gray antes de decidir como proceder. Além disso, assim como os deputados podem enviar cartas manifestando falta de confiança, eles podem retirá-las, e não está claro nesta fase quantos vão seguir adiante com suas manifestações. A investigação de Gray, cujos resultados são esperados para a próxima semana, pode concluir que não há evidências incontestáveis de que Johnson foi explicitamente informado de que o evento de bebidas em seu jardim era uma violação das regras.

Mas os parlamentares conservadores estarão observando de perto o que os eleitores pensam. E a popularidade do primeiro-ministro já está caindo.